

OS ASSENTAMENTOS ALÉM DAS BANDEIRAS E FOICES: OS FAZERES, SABERES E DIZERES COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Leonardo Giovane Moreira Gonçalves¹; Rosangela Custodio Cortez Thomaz²

Resumo: A tecnologia vem ao longo dos anos homogeneizando os pequenos fazeres do cotidiano das famílias brasileiras, estar conectado, tornou-se talvez, uma imposição social, sobrepondo-se a outros hábitos e costumes que outrora eram a essência do ser social, político e cultural. Embasado nisso, o presente trabalho buscou por meio da história oral de dez assentadas reconhecer quais são os traços culturais imateriais e materiais cotidianos que poderiam ser utilizados na constituição do futuro Museu do Assentado e, assim, utilizando-se dos relatos orais e de uma pesquisa bibliográfica exploratória tornou-se possível refletir sobre a importância dessas memórias na reconstrução, preservação e disseminação do patrimônio cultural rural e agrário na ressignificação das memórias e dos traços culturais e, também, evidenciar uma visão dos assentamentos além das bandeiras e foices.

Palavras-Chave: Cotidiano; Hábitos; Museu do Assentado.

INTRODUÇÃO

Localizado no extremo sudoeste do estado de São Paulo, o Pontal do Paranapanema pertence à região Alta Sorocabana; delimitada pelos rios Paranapanema; fronteira com o estado do Paraná; e Paraná; fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul. A atividade econômica predominante na região é a agropecuária, dado que a estrutura fundiária da mesma está baseada em latifúndios locados em terras pertencentes ao Estado, que foram griladas no passado. (THOMAZ, 2013, p.5)

A ocupação do Pontal foi marcada por inúmeros fatores desumanos e ilegais, como o extermínio dos indígenas, grilagem de terras, desmatamento, comercialização e ocupação de terras. Um dos grandes grilos que aconteceram foi o da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, tendo preceitos empresariais, originando a inúmeras outras fazendas. (SOBREIRO FILHO, 2013, p. 52)

A marcha para o Oeste Paulista foi impulsionada pelo modelo capitalista de produção. Dessa forma, como existiam inúmeras terras ociosas a Oeste do estado, várias ações pioneiras se formalizaram para explorar a nova área e incorporar esses espaços ainda não utilizados para o plantio. (SOBREIRO FILHO, 2013, p. 54)

Sobreiro Filho (2013, p. 93) ainda expõe que por conta dos inúmeros 'grilos' que ocorreram, em 21 de fevereiro de 1891, o Ministério da Agricultura foi favorável a alocação de colonos estrangeiros nas terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (que era uma terra grilada posteriormente). Com isso intensificou a vinda de migrantes para a região, pois muitos consideraram que essa era uma terra devoluta. Dessa forma aconteceu um processo de grilagem dentro de uma terra já grilada.

¹ Bacharelado em Turismo, UNESP- Campus de Rosana/SP, leonardo.giovane@unesp.br

² Pós-doutorado em Turismo, doutora e mestre em Arqueologia, licenciada e bacharel em Geografia, UNESP- Campus de Rosana/SP, rosangela.thomaz@unesp.br

É visto que os conflitos pela posse de terra sempre foram marcantes no Pontal do Paranapanema e só tiveram uma diminuição com a construção das usinas hidrelétricas de Porto Primavera/SP, no rio Paraná, e, em Rosana/SP e Taquaruçu, no rio Paranapanema e, a instalação da Destilaria de Álcool Acídia no município de Teodoro Sampaio/SP. (PAIÃO, 2001, p.40)

Segundo Paião (2001, p.39) após a conclusão das obras das Usinas Hidrelétricas de Porto Primavera/SP, Rosana/SP e Taquaruçu, que haviam gerado cerca de 30 mil empregos para região, muitos empregados foram demitidos. Diante disso muitos trabalhadores continuaram na região sem perspectiva de trabalho, assim se viram obrigados a voltar para o campo, devido ao fechamento dos estabelecimentos e pela crise econômica.

Surge nesse período o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, que começa a exercer forte pressão sobre o governo e nos fazendeiros, pelo fato das terras da região ser devolutas e pertencerem ao Estado, logo, deveriam sofrer o processo da reforma agrária. (PAIÃO, 2001, p.40). Diante da instabilidade social, econômica e pelas ocupações e conflitos, sendo a região do Paranapanema a mais pobre do Estado de São Paulo, o governo em 1995 decide implantar o plano de ação governamental para o Pontal.

Segundo Pimentel (2005, p.125), até o ano de 2001, a região do Pontal possuía cerca de 88 assentamentos rurais, distribuídos em 16 municípios. Até meados de 2001 o município de Rosana/SP, que está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, limítrofe como os municípios de Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio e com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, possuía três assentamentos, sendo esses: Nova Pontal, Bonanza e Gleba XV de Novembro, com 717 famílias assentadas em uma área de 17.240 hectares e, em 2008 foi instituído o assentamento Porto Maria composto por 41 famílias. (FERNANDES; RAMALHO, 2001)

Embasado nos fatos históricos condizentes ao uso e apropriação de terras no Pontal do Paranapanema, o presente trabalho tem como intuito explicar sobre parte dos resultados obtidos pelas Iniciações Científicas “Patrimônios e Lazeres Turísticos: O Museu do Assentado no município de Rosana/SP” (2015/2016) financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq e “Turismo Cultural Rural: O Museu do Assentado no município de Rosana/SP” (2017/2018) financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP.

Por meio da história oral de dez assentadas pertencentes aos quatro assentamentos do município: Gleba XV de Novembro, Nova Pontal, Bonanza e Porto Maria, pretende-se identificar quais são os traços culturais imateriais e materiais cotidianos evocados pelas entrevistadas que poderiam ser utilizados na constituição do futuro Museu do Assentado e, assim, refletir sobre a importância desses relatos na reconstrução, preservação e disseminação do patrimônio rural e agrário. Além disso, buscar elucidar para uma pergunta filosófica: o que há além das bandeiras e foices nos assentamentos?

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se para a realização deste trabalho visitas *in loco* ao lote das assentadas para que fosse possível a coleta da história oral que abordou os aspectos origem e trajetória de vida no emulo coletivo e individual das entrevistadas, situa-se que as entrevistas foram realizadas durante o período de vigência dos projetos 2015/2018. Os relatos orais das entrevistadas foram gravados em um aparelho celular e, posteriormente transcritos na íntegra para servir de base neste trabalho.

As entrevistadas fazem parte dos quatro assentamentos existentes no município de Rosana/SP. No assentamento Gleba XV de Novembro foram entrevistadas as senhoras: Eleonice, Maria José e Maria Jesus; No assentamento Nova Pontal as senhoras: Helena, Maria de Lurdes e Neuzeme; No assentamento Bonanza as senhoras: Amerentina e Maria das Dores; E, no assentamento Porto Maria as senhoras: Sandra e Vera.

Utilizou-se os nomes reais das entrevistadas pois os autores acreditam que as entrevistadas são as protagonistas de suas histórias individuais e coletivas e, suas memórias, traços culturais e patrimônio cultural são parte do seu ser, assim como sua identidade. Excluir o nome dessas pessoas transformariam os relatos em dados, mas não objetivamos evidenciar dados, mas sim memórias, histórias, costumes e valores. Além disso, todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento de Uso da Entrevista e assinalaram que permitem o uso de seus nomes reais nos trabalhos científicos promovidos pelos autores do projeto.

Quanto à elaboração do roteiro de entrevista, a mesma se dividia em quatro partes principais. Sendo a 1º 'Trajetória de vida e origem'; 2º denominada 'Crescimento'; A 3º por sua vez, intitulada 'Trabalho'; Já a 4º e última, intitulou-se 'História'. A elaboração desse roteiro de entrevista teve como base o modelo de entrevistas e relatos expostos no livro "A voz do passado" (THOMPSON, 1992), mas que de acordo com o perfil das entrevistadas, objetivo da pesquisa e objeto de estudo, houve mudanças significativas na supressão e adição de perguntas e apontamentos, diante do 'roteiro modelo' apresentado pelo autor no livro.

No entanto para a realização deste trabalho houve um recorte das entrevistas, ou seja, focou-se nos relatos orais referentes aos saberes, fazeres e falares a despeito das casas, preparo de alimentos e conservação, banho, iluminação e lavagem de roupas que vivenciaram as entrevistadas na origem e durante a trajetória de vida. Além disso, para a elaboração deste artigo científico, obtendo como intuito de aprofundar as discussões dos resultados e gerar assim a análise reflexiva dos relatos orais, utilizou-se livros, artigos científicos, sites, monografias, documentos e outros materiais que versam sobre o turismo no espaço rural, patrimônio material e imaterial, memória, traços culturais e outros temas relacionados ao objeto de pesquisa.

FUTURO MUSEU DO ASSENTADO: UMA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO

O intuito inicial do projeto parte da inventariação do possível acervo do Museu Assentado, ou seja, a pesquisa busca inventariar quais são os traços culturais, inerentes à trajetória de vida e origem dos assentados que futuramente poderiam compor o acervo do Museu. Basicamente o pressuposto inicial é realizar um inventário e diagnóstico de quais são os elementos culturais destes assentamentos e, em um segundo momento, partindo da catalogação das fotos, objetos, móveis, relatos orais, documentos e outros elementos, com o auxílio de entidades competentes no âmbito da museologia, findar a implantação do Museu.

Como uma iniciativa pioneira, o projeto, em todas as suas fases, bem como a inventariação, implantação e gestão do espaço museal, estrutura-se em quatro eixos principais: a reconstrução dos traços tradicionais, a preservação, a disseminação cultural e, por fim, utilizando-se da educação patrimonial, por meio do turismo, objetiva-se a desmistificação dos traços culturais.

De cunho coletivo, o acervo do futuro Museu está sendo criado pelos próprios assentados que contam suas histórias, doam objetos, fotos e outros elementos que um dia fizeram-se presentes em sua trajetória de vida e origem. Assim, com a construção coletiva e futuramente uma gestão comunitária, objetiva-se a instauração de um espaço de reconhecimento, o qual os assentados possam ver a história e se identificar como atores protagonistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ESPAÇOS DE SE FAZER MORADA

De fato, durante a trajetória de vida e origem os assentados colecionam em suas memórias resquícios de inúmeros lugares e habitações que por ali viveram e passaram. Essa realidade está presente de Norte a Sul e de Leste a Oeste em cada um dos assentamentos existentes no Brasil e, essas casas, por sua vez, possuem suas características próprias que marcaram as memórias de nossas entrevistadas.

As memórias a respeito da casa onde as assentadas nasceram por muitas vezes é diminuta, devido ao fato das constantes mudanças de localidades e a saída prematura da terra natal. Amerentina de Matos, nascida em 1942 em Valente/BA, sobre sua primeira casa, relatou que *“não morava bem na cidade, eu morava no sítio também, e as casas lá você sabe é daquelas telhas, aquela telha antiga, como é que fala mesmo? O chão era, era, de terra di né, ai depois que nois mudou para cá que as coisas modifica”*. (MATOS, 2016)

Por meio da fala de Amerentina não é possível construir uma imagem mental de como seria sua casa, no entanto a entrevistada nos remete a uma casa antiga e, essencialmente, observa-se o chão de terra, ou possivelmente de terra batida, como sendo um elemento que ficou vivo em sua memória.

Maria de Lurdes, nascida em 1960 em Diamante do Norte/PR, diz que as casas de sua infância eram de pau a pique e, segundo a entrevistada a casa era “*coberto de tabuinha, coberto de palha de coqueiro, era o tipo de casa que a gente morava né*” (OLIVEIRA, 2015b). Ter uma casa com essas características também fez parte da vida de Maria José, nascida em 1948 em Buíque/PE, que descreve que sua casa era:

[...] cercada de, de, madeira de vara né e tapada com barro, não é hoje, hoje igual, que nos temos a casa de concreto, as coisas eram tapada com barro e a que não era tapada com barro era só as varas infincado os palanque infincado e coberto com palha de coqueiro, a cobertura era palha de coqueiro e lá no Pernambuco tem um coqueiro que ele da muito alto né e chama-se aricuri e da, ali a gente fazia uso das palhas para cobrir as casas e era bom, rapaz, parava chuva quando chovia [...]. (SILVA, 2016a)

Maria José relembra o uso da palha do aricuri como telhado da casa de pau a pique, assim, torna-se interessante citar que o coco aricuri (*syagruscoronata*) possui diversas nomenclaturas em diferentes regiões, as mais conhecidas são: nicuri, ouriuri, licuri, coqueiro cabeçudo, baba de boi e alicuri e, essa palmeira tipicamente baiana está presente em regiões áridas das caatingas (NOBLICK, 1986). Além de diversas nomenclaturas, o coco aricuri também possui inúmeros usos, seja no artesanato, produção de produtos, consumo e entre outros. Souza (2013, p. 17) disserta que os Índios Pataxós utilizam a palha do aricuri em seus cocares, segundo o autor “o cocar é um adereço usado na cabeça, confeccionado com penas apoiadas em uma trama, geralmente feita com a palha de uma palmeira conhecida como aricuri [...]”.

O modo com o qual se edifica as casas de pau a pique não se alterou significativamente ao longo dos anos, no entanto, os materiais utilizados variam de região para região. Maria de Lurdes acrescentou que a casa de pau a pique era “[...] onde a gente morava. Tanto aqui no Paraná como no Mato Grosso, que é o que a gente consegue lembrar, mas alvenaria, madeira, não, isso não tinha né. É de pau a pique finca as varas, pega barro e fazia as parede né, é pau a pique aquilo lá” (OLIVEIRA, 2015b).

A técnica pau a pique no Brasil existe desde o período colonial, entre os séculos XVI e XIX, segundo Olender (2006, p. 1) “uma das técnicas mais encontradas na arquitetura brasileira, à qual é atribuída a feitura dos primeiros edifícios construídos pelos portugueses no Brasil, é aquela conhecida principalmente como pau-a-pique ou taipa de mão”. Mesmo a técnica de construção pau a pique ter se difundido com a chegada dos portugueses, não há registros históricos que esses povos foram os pioneiros na técnica. Segundo Vasconcellos:

[...] embora o pau-a-pique se tenha difundido por todo o Brasil, e intensamente em Minas Gerais, é ele totalmente desconhecido em Portugal. Não há. Em todo esse país, exemplo de sua aplicação. Não há, por sua vez, indicações seguras de sua origem africana [...]. (VASCONCELLOS, 1968, p. 47)

Insere-se que a real origem do pau a pique é discutida por muitos pesquisadores. Alguns argumentam que possivelmente a técnica fora desenvolvida no Brasil resultando de experiências

portuguesas, africanas e indígenas, uma vez que os portugueses já faziam uso do método taipa de pilão, também conhecido popularmente como taipa de mão. (OLENDER, 2006, p.48)

As “casas de pau-a-pique são casas tradicionais construídas geralmente de paus, colmo, capim, cordas de cascas de árvores” (DIAS; COSTA; PALHARES, 2015, p. 12) quando se faz referência às tribos indígenas tradicionais. Já quando se refere às construções em meio rural ou na área periurbana, as construções, além dos materiais anteriores, utilizam barro, argila, bambus e cordas, conforme elencado por Maria de Lurdes e Maria José.

Outras entrevistadas evocaram que as casas onde nasceram eram construídas de outros materiais. Sandra Borges, nascida em 1972 em São Pedro do Ivaí/PR, lembrou que sua casa era uma “[...] *casinha de madeira, aquelas que tinha o assoaio, porque era fazenda né, não ficava muito tempo, acabava a safra meu pai já partia para outra fazenda*” (SILVA, 2015). Este tipo de casa também fez parte da infância e crescimento de grande parte das entrevistadas, assim como Vera, Helena e Neuzeme, no entanto, as entrevistadas utilizam outras nomenclaturas, como por exemplo: casas de tábuas, casa de madeira e casa de taboas e, com algumas características diferenciadoras, assim como relatado por Neuzeme ao dizer que sua casa não tinha piso.

Segundo Hoffmann e Pelegrini (2009, p. 4089) “a utilização da madeira em construções data de tempos primordiais. É o primeiro material trabalhado pelo homem para se abrigar, depois de habitarem as rochas. Os pilares e vigas feitos de madeira foram descobertos ainda na pré-história”. No Brasil a técnica foi utilizada pelos índios que além de utilizar a madeira para construção de suas aldeias, construíam com o material restante suas canoas, materiais de caça, instrumentos musicais, instrumentos de trabalho e outros. (HOFFMANN; PELEGRINI, 2009, p. 4090)

Hoffmann e Pelegrini (2009, p. 4090) dissertam que “o legado da técnica de construção em madeira, analisado pela lente da pesquisa histórica, pode desnudar elementos da evolução dos homens envolvidos, configurando inestimável patrimônio histórico-cultural” e, assim, entendemos, que o patrimônio cultural não está intrínseco somente no uso da madeira, mas sim extrapola os limites materiais e utiliza-se da memória, os saberes e fazeres, ou seja, a técnica da carpintaria que foi passada de geração em geração por meio dos falares da comunidade.

Ao longo da trajetória de vida as assentadas viveram e construíram com suas próprias mãos inúmeras casas com suas devidas particularidades. Esses lugares da memória ainda estão presentes como museus ao ar livre na vida de algumas delas. Maria de Lurdes, ainda possui a primeira casa que morou quando conseguiu a posse da terra e sua nova casa, atualmente, divide o mesmo território com a casa antiga. Segundo ela:

Essa de madeira que a gente tinha lá em Euclides é onde a filha tá morando agora, agora tem um banheiro sanitário, porque ela lá construiu, porque na nossa época não tinha. Nós entramos lá na casinha, era quase pau a pique, tinha as paredes de madeira, não tinha mata junta, a telha não tava terminada a cobertura direito, não tinha porta nem janela, só os vão, ai botava os foião pra tampa de noite e beleza [...] (OLIVEIRA, 2015b)

A referência a “Euclides” que a entrevistada faz se deve ao fato de que Euclides da Cunha Paulista/SP fora o último município em que a mesma viveu antes de ir trabalhar na fazenda Nova Pontal com o seu marido, que mais tarde se tornaria o Assentamento Nova Pontal.

Ao descrever a casa, Maria de Lurdes traz elementos importantes, como por exemplo, o uso da “mata junta”, segundo Hoffmann e Pelegrini (2009, p. 4095) em seu estudo sobre a técnica de construção em madeira e seu legado patrimonial para o município de Maringá/PR, dissertam que na localidade as casas eram apoiadas “sobre uma fundação de pedra, o prego como elemento que une as peças e uma rápida montagem. As tábuas eram pregadas lado a lado, e as frestas entre elas fechadas com mata-junta”. Deste modo, conforme subentendido pela entrevistada a “mata junta” é uma ripa de madeira que é utilizada para tampar as frestas existentes entre as tábuas.

É possível observar as características modestas da casa lembrada pela entrevistada e assim suscitar o motivo pelo qual as casas de muitas assentadas possuem essas características, pois assim como lembra Maria de Lurdes “[...] *a gente tinha que trabalhar né, porque tinha terra e tinha que mudar, então não deu tempo de fazer casa assim não. Tá com pouco tempo que nós fizemos a casa*”. (OLIVEIRA, 2015b)

Por conta desse fator, a falta de linhas de financiamento no início do processo de reforma agrária, os preços de material de construção, a necessidade do preparo da terra para o plantio e outros, faz com que grande parte dos assentados permaneça vivendo no barraco de lona ou na casa de madeira mesmo após há algum tempo que conquistaram a posse da terra. Ter a antiga casa de madeira compartilhando o mesmo pedaço de terra que a nova também foi observado no lote de Maria de Jesus, nascida em 1946 em Novo Exu/PE, que ao apontar sua antiga casa disse: “*aquela ali ó, aquele ranchinho velho ali, ainda, ainda moremo*”. (SILVA, 2016b)

Não sabemos ao certo o motivo pelo qual algumas das entrevistadas ainda possuem suas casas antigas, no entanto esses lugares se tornam espaços da memória e assim como elencado por Riegl (2006, p. 50) o “valor de rememoração não está vinculado á obra em seu estado original, mas á representação do tempo decorrido desde a sua criação, denunciando aos nossos olhos pelas marcas de sua idade”. Esses espaços se tornam um elo entre o presente e o passado, evocando o passado e tornando presente tudo que outrora foi exemplo de lutas, resistências e conquistas.

O sentido de patrimonial atribuído às casas das assentadas, como exposto anteriormente, possui inúmeros fatores que extrapolam o cerne material, mas sim permeia entre o imaterial e o imaterial, assim essa herança “[...] é indissolvelmente ligada ao território em que ocorre, por tanto, causa uma enorme variedade e riqueza de respostas humanas” (THOMAZ, 2012, p.209). Por conta disso, a casa se torna um espaço ligado ao território, assim como as técnicas construtivas ali empregadas, o conhecimento passado de geração em geração, como o espaço das realizações cotidianas e, sobretudo, um ambiente onde as famílias se enxergam materializadas em tábuas, barro, telhas, lonas, folhas, pedras e em memórias.

A ILUMINAÇÃO DOS AMBIENTES

Para as novas gerações que vivem nas grandes cidades brasileiras a falta de energia é um fato que raramente ocorre, mas o histórico da eletricidade no Brasil inicia-se quando Dom Pedro II inaugura a primeira usina hidrelétrica no país, localizada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, na cidade de Diamantina/MG e também inaugura o primeiro serviço público municipal de iluminação elétrica do Brasil e da América do Sul na cidade de Campos/RJ, em 1883. (BRASIL, 2010)

Desta data em diante o acesso à energia foi se tornando cada vez mais popular no Brasil, no entanto há inúmeras localidades no território nacional que ainda sofrem com a falta de energia, ainda mais quando o assunto é o acesso das comunidades que habitam no perímetro rural. Segundo a reportagem do Globo Rural do dia 27 de novembro de 2016, no município de Paulistana/PI há 745 famílias sem energia e, para reverter esse quadro, “o Programa Luz para Todos beneficiou mais de 3,3 milhões famílias. Nos próximos dois anos, a promessa é iluminar mais 190 mil casas, principalmente nas regiões mais distantes da Amazônia e do Nordeste”. (DASSIE, 2016)

Atualmente todas as casas nos quatro assentamentos de Rosana/SP possuem acesso à energia elétrica, mas no passado as entrevistadas não partilhavam a mesma realidade. Todas as assentadas entrevistadas mencionaram que em sua terra natal não existia energia elétrica e que diferentes métodos eram utilizados para romper com a escuridão.

Eleonice, nascida em 1960 em Cuiabá Paulista/SP, lembrou que em sua casa se usava “*lamparina, quem tinha lampião era lampião, era lamparina nois*” (NASCIMENTO, 2016). Já Maria de Jesus reviveu que mesmo com a posse de terra a iluminação era feita com:

Lamparina, óleo, óleo diesel, nem querosene não era. Era óleo diesel, a gente enchia uma latona de óleo diesel, dessa de óleo de cumer, que era umas latas nesse tempo, né, aí pnhava um pavio de pano, e ali fumaceira cobria, no barraco, nois era. A vantagem é que nesse tempo não tinha pernilongo. Se tivesse a fumaça espantava tudo. (SILVA, 2016b)

Por meio da recordação da entrevistada é possível observar que era a mesma que fazia a sua lamparina em oposição a outras entrevistadas que elencaram que comprovam o objeto. Na fala de Neuzeme, nascida em Conselheiro Pena/MG, é possível observar que a mesma utilizava a “*lamparina, vela, qualquer coisa*” (OLIVEIRA, 2015c), o uso de velas também foi observado no relato de Maria José que mencionou “*passado o tempo também era com lamparina era luz de vela ou lamparina, lampião*”. (SILVA, 2016a)

Ferreira conceitua que a lamparina é um “pequeno recipiente com um líquido iluminante (óleo, querosene, etc.) no qual se mergulha um pequeno disco de madeira, cortiça ou de metal transpassado por um pavio que, aceso, fornece luz atenuada” (FERREIRA, 2004, p. 1178) já o lampião é um “tipo de lanterna de grandes dimensões, elétricas ou com reservatório para combustível, portátil ou fixa em um teto, esquina ou parede” (FERREIRA, 2004, p. 1179). Para Marton (2016) a lamparina “também chamada

de lâmpada a óleo, existe desde a pré-história. A lamparina era simplesmente um recipiente pequeno, de barro ou metal, com uma alça em uma ponta e uma mecha de tecido em outra – igual àquela lâmpada da qual sai um gênio, segundo as lendas árabes”. (MARTON, 2016)

Maria das Dores, nascida em 1966, em Dracena/SP, ao reviver a memória do uso da lamparina realizou uma elucidação interessante, segundo a entrevistada: “*a gente usava tanto aquilo lá que no outro dia amanhecia com os nariz tudo preto por dentro*” (BARBOSA, 2016). Maria José reavivou que durante o período de acampamento e reforma agrária “*a noite era cada um no seu canto, anoitecia, e não tinha luz, só lamparina né então, cada um ficava no seu cantinho ali, amanhecia o dia, ai sim, ia trocar ideias conversar [...]*”. (SILVA, 2016a)

No decorrer das entrevistas se tornou possível identificar que a lamparina é um objeto que evoca a memória das entrevistadas e, assim como a foice e o facão que representam as ferramentas de trabalho, de luta e de resistência dos assentados, assim, a lamparina também poderia ser utilizada como um símbolo dessas comunidades seja pelo seu caráter de trazer as memórias do passado, ou seja, por estar presente na trajetória de vida e origem de todos que ali habitam, extrapolando assim a finalidade cotidiana e se tornando nos receptáculos da memória, pois como disserta Ecléa Bosi (1994) os objetos ganham dimensões, assim como a dimensão afetiva, e a expressividade dos objetos que fizeram parte do cotidiano no passado se encontra no fato de que representam experiências vividas. (BOSI, 1994)

A HORA DO BANHO E A LAVAGEM DAS ROUPAS

A concepção de que a falta de energia elétrica fez com que as famílias tivessem que se adaptar com a ausência dela muitas vezes parece dúvida, pois a energia elétrica tomou conta dos hábitos culturais posteriormente, nessa concepção, a energia elétrica se adaptou ao cotidiano das famílias, as quais alteraram seus hábitos e costumes em detrimento da inovação.

Os saberes e fazeres referentes à hora do banho para as assentadas se deram de maneira igualitária. Maria Jesus relatou que no período de acampamento existia “[...] *um rio, um córrego, que a gente pegava água de lá, tomava banho lá, lavava roupa lá, longe, fazia tudo, carregava na cabeça a água*” (SILVA, 2016b). Por meio da fala da entrevistada é possível observar os vários usos para um mesmo curso d’água, fato que também se repete na fala de Helena, nascida em 1959 em Ibiassucê/BA, que menciona que em um município baiano existia:

[...] uma água, que tem que a gente lavava roupa lá nesse lugar, é tipo um, não é rio, tanque, eles falam tanque, mas é ao lado da igreja assim, que agora virou um negócio de turismo, mas antes era para as pessoas lavarem roupa, porque não tinha água encanada nessa época não tinha energia que eu lembro da lamparina, dessas coisas eu lembro direitinho. (PINO, 2017)

As duas entrevistas permitem a compreensão de que ao território mais uma vez se mostra como palco das realizações humanas e estritamente ligado aos traços culturais das civilizações. Quando mencionamos o uso do rio para desenvolvimento das comunidades, Muradas (2016) salienta que “às

margens dos rios nascem muitas cidades, por isso, eles ganharam lugar especial no desenvolvimento das sociedades ocidentais e orientais”, além disso:

Às margens do rio, as crianças brincam, acontecem os encontros, os namoros e os casamentos. Às margens do rio, os homens partem com seus barcos vazios e, horas depois, voltam com eles lotados de peixes. Pelo rio chegam os navios que trazem cargas e pessoas, e que também levam pessoas e suas cargas. No rio se lava roupa, se toma banho e, às margens dele, se fazem negócios e, ainda, se avista o misterioso horizonte que esconde [...]. (MURADAS, 2016)

Assim, é possível afirmar que o uso dos recursos hídricos também foi de suma importância na formação cultural e na subsistência dos atores da reforma agrária, seja o uso do rio para consumo, transporte, ponto de encontro, lavagem de roupas, tomar banho e entre outros. A dificuldade de acesso aos rios para os fazeres cotidianos também foi algo latente na vida de muitas assentadas, sobre o acesso e o processo de lavagem de roupas, Maria José reviveu que:

[...] difícil era a água para a gente ir buscar hein, lá não tinha assim, água encanada, que nem hoje temos aqui, lá era, tipo uma mina, longe rapaz, para pegar essa água, tinha que buscar em um potinho na cabeça, eu me lembro como se fosse hoje, tinha 10 anos quando eu vim de lá, minha mãe ponhava, arrumava uns potinhos umas latas né e a gente buscava longe, acho que dava mais ou menos uns dois quilômetros ou mais, para ir com aquela lata na cabeça, ai chegava ponhava um pouquinho nas vazias e dava uma molhadinha só né, e tinha um lugar de lavar roupa, só que era longe também [...], lá tinha umas coisas assim, tipo umas bacias, mas era de barro, ali ponhava roupa ali dentro né e saía, aquela bacia na cabeça para lavar roupa fora, saía bem cedo chegava de tarde, lavava lá, secava a roupa, depois dobrava, ponhava ali dentro e levava pra casa [...]. (SILVA, 2016a)

Além disso, insere-se que o rio não fora o único meio utilizado na hora do banho das entrevistadas, Amerentina elucidou que em sua terra natal “*a gente fazia assim, um banheiro de lona, ali esquentava a água, tudo na base da caneca*” (BARBOSA, 2016), o mesmo banho de “canequinha” também fora relatado por Eleonice que descreveu como o “*banho de lapada nois falava, porque esquentava a agua e cada um, pegava seu baldinho d'agua e tomava banho*” (NASCIMENTO, 2016).

Vera, nascida em 1974 em Goioerê/PR, relatou que tomava banho de “tambor” que também foi descrito como “chuveiro de lata” por outras entrevistadas. Neuzeme evocou uma memória feliz das horas do banho, segundo a entrevistada ela tomava banho “*de chuveirinho de lata, de bacia, no rio, ai gostoso!*” (OLIVEIRA, 2015a), já Helena não mencionou palavras que reafirmassem a sua felicidade em se recordar dos momentos de banho, mas durante a entrevista essa euforia foi observada, segundo a entrevistada “*a gente tomava banho de caneca, isso ai eu lembro, botava agua assim no tambor né, e ai a gente tomava banho eu e meus dois irmão, a minha irmã e meu irmão, e a gente se dividida lá fora, tomando banho de caneca, porque não tinha banheiro né [...]*” (PINO, 2017).

Os saberes e fazeres se tornam ainda mais evidentes nos discursos das entrevistadas, pois muitas delas relataram que faziam o seu banheiro e sempre buscavam criar mecanismos para facilitar a hora do banho e a lavagem das roupas. Esses elementos do cotidiano de tomar banho no rio, na chuva, de caneca e de tambor, além das técnicas e meios para a lavagem das roupas, são os traços culturais que as assentadas

trazem na memória até os dias atuais e se tornam imortalizados por meio dos objetos que fizeram parte dessas pequenas ações no passado.

O PREPARO E A CONSERVAÇÃO DOS ALIMENTOS

Durante a trajetória de vida e origem, as assentadas uma vez ou outra já produziram seus alimentos no fogão à lenha, este espaço está presente nas memórias de todas as entrevistadas e, além disso, continua vivo, materializado, na atualidade. Maria José reviveu que em sua infância sua mãe cozinhava no fogão a lenha e na construção do fogão se colocava “[...] *umas prensas, uns tijolos, era umas pedras né e, aí ela pnhava as panelas ali, panelas de barro não era nem panela de alumínio, era de barro*” (SILVA, 2016a), sobre os alimentos que eram feitos, a entrevistada mencionou que:

[...] ali ela fazia a nossa comida, uma comida péssima, não era nem arroz, era feijão, farinha, farinha de mandioca, e às vezes quando não era farinha de mandioca, era cuscuz. Conhece cuscuz de milho né? Feito com o milho, ralava, é, como eu disse, lá era difícil, mas às vezes dava plantava e colhia e tão quando o milho tava seco ou maduro que fosse, seco pnhava ele de molho numa água quente, aí dali vinha ralando a espiga, me lembro como se fosse hoje, ralando no ralo, ali tirava aquela farinha, aquela fubá que a gente fala fubá hoje né, e dali fazia o cuscuz que naquela época chamava pão de milho e ali a gente comia com feijão, era, nosso alimento era aquilo. Arroz a gente nem sonhava, não sabia nem o que era arroz. Era difícil, era difícil e era bom, porque era o costume né naquela época [...]. (SILVA, 2016a)

A dificuldade na variação da comida diária foi um fato não sentido somente para Maria José, mas parte das entrevistadas relatou o mesmo, Maria Jesus conta que no período de ocupações não se tinha o que comer e a mesma “*tirava um palmito coqueiro, as meninas não queriam comer, e ele*” (referência ao marido) dizia “*-Come fia, é gostoso, come! Ele mesmo não tava comendo, não tava achando gostoso, mas tinha que comer, [...] gente nós sofremos hein!*”. (SILVA, 2016b)

Por meio da fala das entrevistadas se torna possível identificar vários insumos que não estão tão presentes diariamente na mesa nacional atualmente, como é o caso do cuscuz, farinha de mandioca, palmito coqueiro e o fubá, mas em contraposição a realidade atual, parte considerável das entrevistadas elucidaram que não comiam o arroz na infância. O motivo deste cardápio “diferenciado” se deve há inúmeros fatores, dentre eles podemos citar a falta de recursos financeiros para compra de alimentos e pela dificuldade de produção de certos legumes, vegetais, cereais e hortaliças, um exemplo disso é o arroz. Esse fato foi ressaltado na memória de Maria de Lurdes ao mencionar que as pessoas:

[...] plantava roça, então tinha algodão, aí na época de algodão a gente ia ajuda a colher algodão, tinha uma casa de farinha que a gente ia ajudar o senhorzinho que era arrancar a mandioca, raspar né, para fazer a farinha, e a gente ganhava a farinha para comer e um bijuzinho para comer. Porque não tinha essas riquezas que nois tem hoje. (OLIVEIRA, 2016b)

Já sobre a conservação dos alimentos, por não ter geladeira na época, Amerentina elucidou que “*comprava carne a gente tinha que por ela, charquear né, ela, a gente salgava e botava no, botava lá no varal para secar né, não tinha jeito, senão estragava*” (MATOS, 2016), Eleonice relatou que “*não tinha conservação, se você comprasse alguma carne [...] a mais você tinha que salgar e por no sol, o se não se fritava e ia comendo aos poucos*” (NASCIMENTO,

2016). A técnica de cura da carne por secagem e salga é um “recurso que nasceu da necessidade de conservar carnes, estendendo a sua vida útil e permitindo que fossem transportadas por longas distâncias”. (JANUÁRIO, 2015)

Existem três tipos mais comuns de conservação da carne, sendo eles: a carne seca, charque e a carne de sol e, em todos eles a carne sofre um processo de desidratação, sendo que as principais diferenças estão na quantidade de sal, tempo de cura e local que ocorre o processo. No processo da carne seca os cortes bovinos são esticados “em mantas, salgados e depois expostos ao amanhecer até que perca pelo menos 50% da sua umidade. Por levar mais sal e ter mais tempo de exposição que a carne de sol é menos úmida e tem maior prazo de validade”. (JANUÁRIO, 2015)

O Charque “nascido no Rio Grande do Sul, tem mais tempo de preparo e mais sal que a carne seca. Os cortes exclusivamente bovinos, geralmente do dianteiro e mais gordurosos, são expostos geralmente a salga úmida, salga seca, lavagem e secagem” (JANUÁRIO, 2015). Por fim, a carne de sol, “tradicional do Nordeste, é a mais artesanal das carnes curadas. O corte (bovino ou caprino) recebe uma camada de sal fino e é deixado em locais cobertos e bem ventilados para secagem gradual, não é mais seca ao sol como antigamente”. (JANUÁRIO, 2015)

Outro método de conservação de líquidos e alimentos foi o lembrado por Eleonice que mencionou que durante o acampamento para manter a água fresca se colocava na “[...] *porunga ou senão moringa. Ai de noite ponhava, cava um buraco, e ponhava lá para ir refrescando*”. A porunga elucidada também é conhecida como cabaça e é uma planta que produz frutos com cascas resistentes que também são utilizados na fabricação de peças artesanais.

Mesmo que atualmente as assentadas não tenham mais a necessidade de curar a carne, conservar a água e cozinhar no fogão a lenha esses imóveis, móveis, objetos e saberes ainda estão presentes no cotidiano das assentadas, pois ao adentrar em suas residências observa-se o fogão a lenha compartilhando o mesmo espaço com fornos elétricos, micro-ondas e fogões a gás, Maria das Dores mencionou que no passado “*gostava muito de cozinhar era feijão na lenha, fazer um frango caipira na lenha, quando acabava o gás que a gente não tinha dinheiro para comprar aai fazia, era tudo na lenha também*” (BARBOSA, 2016). Não obstante, o uso atual do fogão a lenha além de evocar as memórias do passado, fazer lembrar a comida dos avós e dos pais, se tornou parte do cotidiano das famílias, um símbolo de autenticidade, bucolismo e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA VISÃO ALÉM DAS BANDEIRAS E FOICES

O título deste trabalho nos permite fazer as indagações que vêm nos norteando ao longo de todas as fases de inventariação do patrimônio material e imaterial dos assentamentos de reforma agrária de Rosana/SP, o que há além das bandeiras e foices? O que há no contexto cultural, social e econômico

dessas comunidades? E além do que a mídia expõe sobre os movimentos de reforma agrária, o que mais precisamos e deveríamos saber?

Talvez os questionamentos corretos fossem: o que há antes, durante e depois dos barracos de lona? Quem são os atores por detrás das lonas pretas? Quais são os seus intuitos, sonhos e frustrações? Essas e outras perguntas talvez um dia sejam ou não sejam respondidas, mas para esse momento é possível refletir os espaços rurais, em especial os espaços de reforma agrária, como espaços interculturais.

Interculturais no sentido de que os assentamentos de reforma agrária se configuram em um único espaço que se torna palco para a encenação de inúmeros traços culturais provenientes de diversas partes do Brasil e do Mundo. Em exemplo a isso, citamos a origem das assentadas entrevistadas: da Bahia temos portadoras da memória de Ibiassucê e Valente; Do estado do Paraná entrevistadas provenientes de Diamante do Norte, São Pedro do Ivaí e Goioerê; Do estado do Pernambuco representantes dos municípios de Novo Exu e Buíque; De Minas Gerais uma entrevistada de Conselheiro Pena; E, por fim, assentadas nascidas nos municípios paulistas de Cuiabá Paulista e Dracena.

Nesse êmulo, as dez entrevistadas que compartilharam as suas memórias e cada uma delas possui uma origem diferente, somando cinco estados representados. Além da origem, cada entrevistada possui uma trajetória de vida diferente, nisso salientamos outra característica, pois todas elas passaram por no mínimo três cidades antes de aportarem em Rosana/SP.

O contexto intercultural não está atribuído somente na trajetória de vida e origem dos assentados, claro que esses são fatores vitais nesse processo de construção da identidade cultural e coletiva, mas a militância os hábitos rurais e urbanos também os configuram como seres culturais e, que extrapola a imagem criada no imaginário popular, por meio dos veículos de comunicação e senso comum, sobre o que é ser um assentado.

Dentre as dimensões que possui o barraco de lona, entendemos que ele é o ponto de encontro inicial da luta pela tão sonhada posse de terra, é o ambiente onde pessoas de diversas crenças, credos, raças, hábitos, costumes, origens e trajetórias se encontram e observam na militância um ideal em comum. É o espaço onde todos os traços culturais individuais se tornam parte do coletivo, um ambiente de aprendizado, de troca de conhecimentos e de ressignificação, sem deixar de ser um ambiente de lutas, resistências, conquistas e fracassos.

Depois das foices, bandeiras e da lona preta esticada as mudanças sócio/culturais não se extinguem, elas continuam em modificação, no entanto convivem em um único espaço. Os assentamentos que como relatados anteriormente, se tornam os espaços da evocação da memória, encenação das culturas e ressignificação dos hábitos e costumes.

Este trabalho permitiu incitar a discussão de quais são os traços culturais no âmbito material e imaterial que configuram uma comunidade de mulheres assentadas como seres culturais de interesse para a preservação no futuro Museu do Assentado.

Os hábitos do cotidiano podem e devem ser considerados como patrimônio cultural, bem como disserta Cecília Londres ao dizer que o “patrimônio é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia” (FONSECA, 2001).

O museu se insere nesse contexto também como um ambiente que busca a discussão desse patrimônio, não somente para a comunidade externa, mas a comunidade autóctone que muitas vezes não entende os seus hábitos e costumes como algo importante a ser preservado e disseminado e, a visitação turística, aliando o econômico, social e o cultural pode promover o ambiente onde todos esses ideais de preservação, ressignificação, educação, reconstrução e entre outros se encontrem e se tornem efetivos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. das D. Entrevista com Maria das Dores Barbosa cedida aos autores. Bonanza-Rosana/SP, 20 jun. 2016.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1994.
- DASSIE, C. Chegada da energia elétrica transforma a vida dos sertanejos no PI. Globo Rural, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2016/11/chegada-da-energia-eletrica-transforma-vida-dos-sertanejos-no-pi.html>. Acesso em: 16 set. 2017.
- DIAS, D.; COSTA, C.; PALHARES, P. Sobre as casas tradicionais de pau-a-pique do grupo étnico Nyaneka-nkhumbi do Sudoeste de Angola. Revista latinoamericana de Etnomatemática, Colômbia n.1 v.8, p.10-28, 2015.
- FERNANDES, B. M; RAMALHO, C. B. Luta pela posse de terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. Revista Estudos Avançados, São Paulo/SP, v.15 n.43, set/dez. 2001.
- FERREIRA, A. B. de H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3.ed. Curitiba/PR: Positivo, 2004.
- FONSECA, M. C. L. (org.). Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro/RJ, n. 147, p. 69-78, out-dez, 2001.
- HOFFMANN, A. C; PELEGRINI, S. de C. A. A técnica de se construir em madeira: Um legado do patrimônio cultural para a cidade de Maringá. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA., 2009, Maringá/PR. Anais... Maringá/PR: 2009, p. 4089-4097.
- JANUÁRIO, L. Conheça as diferenças entre a carne-seca, charque e carne de sol. Uol, 2015. Disponível em: <https://comidasebebidas.uol.com.br/noticias/redacao/2015/05/04/conheca-as-diferencas-entre-carne-seca-charque-e-carne-de-sol.amp.htm>. Acesso em: 17 set. 2017.

- MARTON, F. Da lamparina ao lampião. Super Interessante, Editora Abril, 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/da-lamparina-a-lampiao/>. Acesso em: 16 set. 2017.
- MATOS, A. C. Entrevista com Amerentina Carneiro de Matos aos autores. Bonanza-Rosana/SP, 20 jun. 2016.
- MÜLLER, N. C. “Habitat” e gêneros de vida uma vila do litoral paulista – ICAPARA. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo/SP, n.1, 1949, p. 71-82.
- MURADAS, A. O rio não passa dentro da sua casa. Portal Getsêmani, 2016. Disponível em: <http://getsemani.com.br/portal/?p=6494>. Acesso em: 17 set. 2017.
- NASCIMENTO, E. M. da S. Entrevista com Eleonice Maria da Silva Nascimento cedida aos autores. Gleba XV de Novembro-Rosana/SP, 09 abr. 2016.
- NOBLICK, L. R. Palmeira das caatingas da Bahia e as potencialidades econômicas. In: SIMPÓSIO SOBRE A CAATINGA E SUA EXPLORAÇÃO RACIONAL, Brasília/DF, 1986., Anais... EMBRAPA: 1986, p.99- 115.
- OLENDER, M. C. H. L. A técnica do pau-a-pique: subsídios a sua preservação. 2006. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
- OLIVEIRA, V. L. F. L. Entrevista com Vera Lucia Ferreira Leão Oliveira cedida aos autores. Porto Maria-Rosana/SP, 18 ago. 2015a.
- OLIVEIRA, M. de L. S. de. Entrevista com Maria de Lurdes Santos de Oliveira cedida aos autores. Nova Pontal-Rosana/SP, 2 out. 2015b.
- OLIVEIRA, N. M. da S. Entrevista com Neuzeme Maria da Silva Oliveira cedida aos autores. Nova Pontal-Rosana/SP, 10 nov. 2015c.
- PAIÃO, J. D. Terras devolutas no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente/SP: Faculdades Integradas, 2001.
- PIMENTEL, A. E. E. Assentamento de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais. São Carlos/SP: UfsCar, 2005.
- PINO, H. F. de C. Entrevista com Helena Francisca de Carvalho Pino cedida aos autores. Nova Pontal-Rosana/SP, 25 ago. 2017.
- RIEGL, A. O culto moderno dos monumentos. Trad. de Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia/GO: UCG, 2006.
- SILVA, M. J. da. Entrevista com Maria José da Silva cedida aos autores. Gleba XV de Novembro-Rosana/SP, 02 abr. 2016a.
- SILVA, M. J. da. Entrevista com Maria Jesus da Silva cedida aos autores. Gleba XV de Novembro-Rosana/SP, 02 abr. 2016b.
- SILVA, S. B. Entrevista com Sandra Borges da Silva cedida aos autores. Porto Maria-Rosana/SP, 10 dez. 2015.
- SOBREIRO, J. F. O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. Presidente Prudente/SP: 2013.

SOUZA, A. B. B. de. A aranha vive do que tece. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 2, n, 2, p. 13-29, 2013.

THOMAZ, R. C. C. Patrimônio, cultura e turismo no espaço rural galego- Espanha. p. 199- 226. In: THOMAZ, R; C. C; MARIANI, M. A. P; MORETTI, E. C. O turismo e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2012.

THOMAZ, R. C. C. Turismo, políticas e dinâmicas no meio rural: uma contribuição ao desenvolvimento local/Rosana/SP. UNESP. Rosana/SP: Projeto de Pesquisa, 2013.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Tradução Lóilio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELLOS, S. de. Mineiridade. Belo Horizonte/MG: Imprensa Oficial, 1968.